

ANÁLISE DO PROCESSO INFLACIONÁRIO E DO SALÁRIO MÍNIMO NA EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

REVIEW PROCESS INFLATIONARY AND MINIMUM WAGE IN RECENT DEVELOPMENTS IN BRAZILIAN ECONOMY

Francisco Iuan de Albuquerque¹

Hélio da Silveira Reis Júnior²

Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima³

Francisco Leon Torres de Sousa⁴

O estudo tem a importância de analisar o processo inflacionário brasileiro no horizonte de 20 anos (jan/1995 a jan/2015), destacando os impactos inflacionários. Utilizando-se do INPC como medida de aferição da inflação e dos valores nominais do salário mínimo dos governos FHC, Lula e Dilma, os dados secundários foram adquiridos através da base de dados do IPEADATA e DIEESE, onde os resultados representam o reajuste nominal e real praticado no período. Ressaltou-se por fim a necessidade de políticas de valorização do salário mínimo como forma de promover constantemente a melhoria da distribuição de renda do país.

Palavras-chave: Inflação, Salário Mínimo, Distribuição de Renda. Reajuste Salarial.

The study is the importance of analyzing the Brazilian inflation on the horizon of 20 years (Jan /1995 to Jan /2015), highlighting the inflationary impacts. Using the INPC as a means of measuring inflation and nominal values of the minimum wage of the governments FHC, Lula and Dilma, were secondary data acquired through the database of the IPEADATA and DIEESE, where results represent the nominal and real adjustment. Emphasis was practiced in the period finally the need to value policies of the minimum wage as a way to constantly encourage improvements in the distribution of the country's income.

Keywords: Inflation, Wages, Income Distribution. Salary Adjustment.

¹ Graduado do Curso de Administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: iuann@hotmail.com

² Professor do Curso de Administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: hreisjunior@bol.com.br

³ Professora do Curso de Administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: kkhelade@hotmail.com

⁴ Professor do Curso de Administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: ftds7@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Inflação é um mal econômico que teve grandes impactos na vida dos brasileiros. Ela possui uma forte correlação com o Salário Mínimo, uma das principais conquistas dos trabalhadores. Enquanto que o último representou um avanço na relação de trabalho, a primeira se tornou vilã da causa trabalhadora, capaz de, conforme for a sua proporção, diminuir significativamente o poder de compra e inclusive gerar desemprego advindo de medidas contracionistas que visem o seu controle imediato.

O preço pago por todas as medidas desenvolvimentistas ao longo da história brasileira culminou no surgimento do quadro hiperinflacionário na economia. Como consequência o país mergulhou num período de instabilidade econômica. As décadas seguintes foram marcadas pelo intenso combate à inflação, e, não raramente, a adoção de políticas econômicas contracionistas que não conseguiam solucionar o problema. Em se tratando de Brasil e suas disparidades de renda, a maioria da população sofria ao ver seu poder aquisitivo ser corroído por um descontrole das contas públicas num nível sem precedentes. Com o advento do plano real conquistou-se o equilíbrio das contas públicas e o controle da inflação que passou a oscilar dentro das metas impostas pelo governo.

Outro aspecto fundamental dentro deste cenário de evolução da economia brasileira foi à questão do salário mínimo cujo conceito no Brasil já estava presente na constituição federal de 1934. Em seu artigo 121, parágrafo primeiro, alínea b, diz que “a lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador”.

Percebendo que a Inflação e o Salário Mínimo são variáveis econômicas que de alguma forma se correlacionam, sendo a primeira a principal vilã dos brasileiros em ciclos econômicos passados, foi notada a importância de se realizar um estudo sobre os seus impactos na atual política salarial brasileira, objetivo deste trabalho. Realizou-se para tanto uma análise do processo inflacionário brasileiro recente, pós-estabilização com o Plano Real e suas repercussões na evolução do salário mínimo.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a evolução do processo inflacionário brasileiro e os seus impactos sobre o salário mínimo do país e, como objetivos específicos efetivar uma revisão teórica sobre o processo inflacionário, na perspectiva conceitual e histórica, no contexto da ciência econômica; proceder a uma revisão bibliográfica acerca dos

aspectos conceituais e históricos envolvidos no processo de criação e consolidação do salário mínimo na realidade econômica brasileira; promover uma análise da evolução recente da inflação brasileira, no que diz respeito aos seus índices, causas, consequências e planos econômicos para o seu controle no contexto dos governos FHC, Lula e Dilma; verificar a série histórica de evolução do Salário Mínimo, sob a perspectiva dos seus valores nominais e reais, e consequências para a classe trabalhadora no Brasil no contexto dos governos FHC, Lula e Dilma.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tratando-se de uma distorção econômica a inflação possui efeitos no dia-a-dia das pessoas. Mas não é um fenômeno recente no desenvolvimento social humano. A mesma esteve presente desde os primórdios da humanidade. Entretanto foi apenas nos últimos dois séculos que veio a ser identificada e estudada com atenção, fruto da evolução do estudo econômico. A palavra é derivada do latim, “INFLATIO”, de “INFLARE”, que significa assoprar e se encher. Tendo a mesma as mais diversas definições. Todas convergem para o sentido de aumento generalizado no nível geral de preços. A prerrogativa básica tomada como consequência da inflação é a perda de poder compra da população. Os itens de consumo vão ficando cada vez mais caros, a moeda perde força, e as pessoas não conseguem mais adquirir os mesmos produtos com a mesma quantidade de dinheiro.

Os índices de preços ou de inflação são utilizados como medida de aferição do comportamento dos preços e seus impactos no custo de vida da população. Existem diversos índices responsáveis pela mensuração do processo inflacionário propriamente dito. Cada um possui sua metodologia própria, sendo a coleta de dados realizada por vários órgãos competentes. São exemplos no país o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – FINE/USP e a Fundação Getúlio Vargas – FGV entre outros institutos especializados. Dentre os diversos índices existentes no país destacam-se: o IPCA, o INPC, o IPA, o IGP, o IPC-Fipe e o ICV-Dieese.

No que tange a fixação do salário mínimo, inicialmente foram criadas comissões responsáveis pelo estudo minucioso de cada região do país, com o objetivo de se instituir salários mínimos regionais. Essa foi a primeira tentativa de implantar um salário fixo no contexto da relação de trabalho entre empregador e empregado. Após quatro anos, em 1940, e com o passar dos anos se tornavam cada vez mais imprevisíveis os reajustes deste nível

salarial, sendo feitos conforme os interesses políticos majoritários, em meio as pressões dos trabalhadores diante dos avanços inflacionários.

Percebendo a necessidade de leis trabalhistas firmes que regulamentasse essas questões, Getúlio Vargas dá respaldo para criação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – marco para os trabalhadores do país. A CLT é tão importante que até hoje ela está em vigor com algumas mudanças, porém, com seus direitos mantidos e inalterados pela atual constituição não podendo estes serem reduzidos. Em 1968 foi incluída como fator de correção na política de salário mínimo a diferença entre a inflação esperada e a real. Nos dois primeiros anos da década de 1980 houve ganhos reais, porém, em decorrência das políticas salariais e planos econômicos de estabilização, o salário mínimo a partir daí foi perdendo poder de compra. Os altos índices de inflação faziam com que os reajustes fossem apenas uma forma de atenuar parcialmente as grandes perdas. A estabilização econômica só viria na década seguinte e permitiria uma retomada do crescimento real do salário mínimo.

De uma maneira objetiva e resumida o Plano Real, programa definitivo de combate a hiperinflação do governo do FHC, contou na sua primeira fase com a adoção de medidas de equilíbrio fiscal, baseadas no corte de gastos públicos, na recuperação de receitas, na austeridade do relacionamento do governo federal com os Estados e Municípios, nos ajustes em Bancos Estaduais, na redefinição do papel dos bancos públicos federais e no plano desestatização de algumas empresas estatais. Na segunda fase foi criada a unidade real de valor (URV), inicialmente fazendo-se a conversão dos salários e dos benefícios previdenciários. Essa fase tinha como finalidade a preservação do poder compra da população, em contraponto a medidas arbitrárias adotadas em ciclos anteriores como a do confisco da poupança. Na última fase ocorreu o lançamento propriamente dito da moeda Real.

ROQUE ainda destacou que o sucesso do plano dependia de cinco fatores primordiais, seriam eles: “zerar o déficit público”; “desindexar a economia”; “reindexar a economia de acordo com a taxa de cambio”; “abrir a economia por meio da redução de tarifas de importação”; e o já o citado “aumento das reservas internacionais”.

Em meio às dificuldades encontradas no processo de consolidação do Plano Real, o governo FHC foi marcado ainda por um cenário internacional um pouco conturbado. Em 1997 a crise na Ásia, provocada pelo processo de fuga de capital e deflação de ativos financeiros nos países asiáticos, atingiu países emergentes como a Rússia, o Brasil e a Argentina. Desencadeando no ano seguinte, em 1998, a crise russa. Provocada pela moratória decretada pelo governo russo. Essa interrupção dos pagamentos externos com a finalidade da renegociação de sua dívida externa foi responsável por acentuar o cenário de crise

internacional, pela própria dimensão e importância tanto econômica como geopolítica da Rússia.

As consequências dos efeitos desses fenômenos econômicos, provocavam um aumento do déficit em transações correntes no Brasil. Indicavam também o elevado grau de dependência do país aos capitais estrangeiros, demonstrando uma vulnerabilidade a crises internacionais, concretizadas não raramente em ataques especulativos, que levavam ao aumento das taxas de juros e do desemprego. O volume de fuga de capitais era tamanho que ameaçava um colapso nas contas externas do país. Toda essa descrença do mercado colocava em xeque a sustentabilidade da política cambial do governo, havia a expectativa de que o valor do dólar disparasse em relação ao Real e os efeitos positivos da implementação e consolidação do Plano Real caíssem por terra.

Em meio a essa conjuntura de tensões econômicas, tanto internas quanto externas, a evolução do processo inflacionário dos governos FHC está demonstrada na Tabela 1, onde foram expostos os dados relativos à taxa de inflação, através dos valores do índice nacional de preços ao consumidor (INPC) no período de 1992 a 2002.

Um dos principais problemas enfrentados no início do governo Lula se deu por conta exatamente da acirrada disputa eleitoral, ao final de 2002, incutiram na própria população o temor quanto ao retorno da inflação, bem como da perda de algumas conquistas econômicas da década de 1990. As demandas inerentes ao salário mínimo e ao controle da inflação eram naturalmente importantes, caso contrário poderia se pôr em risco alguns resultados positivos alcançados no governo FHC. Tais pautas constaram das propostas do governo Lula, em consonância com uma marcante preocupação com a questão da distribuição da renda, através, entre outros instrumentos, da intensificação dos programas sociais de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, como forma de diminuir as desigualdades.

O governo Lula foi caracterizado pela não interrupção da estabilidade econômica, sendo um período de baixa inflação, de redução do desemprego e de constantes recordes de superávits na balança comercial. A baixa inflação se dava pela boa condução da política monetária, bem como do acompanhamento do mercado em conjunto com os esforços de gestão por parte do Banco Central e do Ministério da Fazenda no cumprimento das metas de inflação propostas. A consonância entre o trabalho desempenhado por estes agentes econômicos conciliado com iniciativas do Ministério do Planejamento, proporcionou a criação de uma política de investimentos que estimulava a geração de empregos. Programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) se tornavam protagonistas do crescimento e das reduções constantes da taxa de desemprego.

Outro aspecto econômico favorável disse respeito ao comércio internacional com o boom das commodities, que se deu nos anos 2000, quando a rápida industrialização de países emergentes, especialmente a China e Índia, geraram um aumento da demanda por produtos primários, e o crescimento dos seus preços, cujos valores costumavam ter poucas variações. Os superávits impulsionados boom das commodities foram aproveitados pelo governo que praticava uma política de crescentes incentivos governamentais a produção, notadamente ao agronegócio.

Observou-se ainda a intensificação da política de financiamento de investimentos realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O conjunto desses investimentos geravam estímulos produtivos primordiais ao crescimento, melhorando a balança comercial com o aumento das exportações e criando empregos, ao mesmo tempo em que ensejava o incremento do setor industrial.

Por outro lado o governo, tratou de incentivar também a agricultura familiar, em especial os assentamentos de reforma agrária, através de programas de facilitação de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, permitindo a viabilização econômica de milhões de famílias de pequenos agricultores e contribuindo para a melhoria dos indicadores de distribuição de renda.

Esse avanço econômico se deu de forma concomitante com a consolidação de um crescimento real do salário mínimo. Nesse sentido, em 2007 um grande passo foi dado com a fixação de uma política de reajuste salarial acima da inflação, o que se prolongou até meados de 2011, garantindo a classe trabalhadora avanços inestimáveis referentes a evolução salarial para o período.

Os desafios do governo Dilma Rousseff apresentaram algumas semelhanças com os do seu antecessor e principal cabo eleitoral - Lula. Sua primeira vitória eleitoral ocorreu no pleito de 2010, no qual a população brasileira clamava pela continuidade das políticas adotadas e manutenção dos ganhos sociais dos últimos anos, entretanto, o cenário internacional já mostrava sinais de transformações, notadamente pelo agravamento da crise internacional, em especial em diversos países europeus que apresentavam grandes taxas de desemprego, especialmente entre os seus jovens.

O Brasil, por sua vez, ainda resguardava parâmetros macroeconômicos sólidos mesmo diante da continuidade da crise. Com expressivas reservas de capital, a inflação dentro da meta e prestes a sediar dois grandes eventos internacionais, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, o governo Dilma se via diante de grandes desafios e expectativas por parte do mercado e da população.

3. METODOLOGIA

Este estudo teve um caráter predominantemente descritivo e analítico, pois tratou da análise da evolução recente de dois importantes indicadores, inflação e salário mínimo, no contexto recente da economia brasileira. Segundo GIL, um aspecto fundamental da pesquisa descritiva remete ao seu objetivo. Para o autor, “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No desenvolvimento do trabalho lançou-se mão de uma pesquisa bibliográfica para fins de contextualizar o problema em estudo no seu aspecto histórico, distribuindo-se as informações coletadas e análises delas provenientes ao longo dos diversos capítulos na medida de sua pertinência. A abrangência territorial da pesquisa compreendeu o Brasil como um todo, no contexto da sua realidade macroeconômica, mais especificamente envolvendo indicadores atinentes às questões da inflação e do salário mínimo. Para tanto foram utilizados dados secundários coletados junto a institutos federais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e outras instituições como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Estes dados permitiram a criação de gráficos como forma de ilustrar e analisar a evolução das variáveis estudadas e suas eventuais relações.

Um dos aspectos que nortearam a análise realizada nesse trabalho girou em torno dos efeitos do processo inflacionário sobre os reajustes do salário mínimo no Brasil nos mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e, em seguida, nos governos do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, traçando-se um parâmetro comparativo entre eles. A partir dessa premissa tornou-se imprescindível o trato das políticas salariais e a evolução do processo inflacionário na economia brasileira nos respectivos períodos. O exercício dos dois mandatos de FHC no governo, uma vez que foi reeleito em 1998, compreenderam os anos 1995 a 2002, enquanto o governo Lula, que também teve a abrangência de dois mandatos, já que foi reeleito em 2006, compreendeu os anos 2003 a 2010.

Com a finalidade de estender o conteúdo do trabalho até os dias atuais foram destacados os dados relativos ao período de 2010 até 2015, compreendendo os primeiros quatro anos de governo Dilma Rousseff e o ano atual, pós-reeleição da mesma. Entretanto por tratar-se de um período bastante recente não foi possível estabelecer parâmetros comparativos do ano de 2015 em relação aos demais períodos relacionados. Restou assim apenas o destaque do texto à condução da política salarial e o processo inflacionário dos primeiros quatro anos sem relacioná-los aos demais, evitando vícios à metodologia aplicada.

Mais especificamente com relação às variáveis escolhidas para a contemplação dos indicadores pesquisados optou-se, no que diz respeito ao processo inflacionário, pelos dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, que permitiram a construção de tabelas nas quais foram realizadas análises para cada período governamental destacado. A escolha desta variável foi justificada pelas características do referido índice, uma vez que o INPC tem como referência uma faixa salarial mais baixa que o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, tornando o mesmo um mecanismo mais sensível às alterações de serviços e produtos mais básicos, além de atribuir um peso maior à variação dos preços de alguns grupos de alimentos (arroz, feijão, leite, frutas, refeições em restaurantes) se comparado ao IPCA.

Embora a inflação oficial do Governo seja medida pelo IPCA devido a sua amplitude, o INPC também apresenta abrangência nacional e relevância. A sua finalidade de oferecer um índice que meça as variações no mercado varejista reforçam um caráter imprescindível que é objeto da análise proposta, a questão do aumento do custo de vida da população. Diretamente ligado a diminuição do poder de compra e deterioração do salário mínimo pelos efeitos inflacionários na economia brasileira.

Para analisar a evolução salarial foram recolhidas informações junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, para a criação de gráficos referentes aos valores nominais do salário mínimo nos respectivos períodos. Em cada gráfico criado foi ilustrada a evolução dos valores nominais de cada período estudado, produzindo-se a devida análise.

De posse dos dados referentes ao INPC e dos valores nominais do salário mínimo de cada período estudado, foram criadas tabelas com a finalidade de representar o reajuste nominal e o reajuste real praticado em cada governo. Com ênfase nos governos FHC e Lula.

Para o cálculo do reajuste real do salário mínimo recorreu-se a seguinte fórmula:

$$\frac{1 + \text{Reajuste do SM Nominal}}{1 + \text{Inflação Passada}} = (\text{Resultado da Divisão} - 1) * 100$$
$$= \text{Reajuste do SM Real (\%)}$$

Em seguida para realizar o cálculo do reajuste do período.

$$(1 + \text{índice Ano 1}) * (1 + \text{índice Ano 2}) * (1 + \text{índice Ano 3})$$
$$* (1 + \text{índice Ano 4}) * (1 + \text{índice Ano 5}) * (1 + \text{índice Ano 6})$$
$$* (1 + \text{índice Ano 7}) * (1 + \text{índice Ano 8})$$
$$= (\text{Resultado da Expressão Matemática Anterior} - 1) * 100$$
$$= \text{Reajuste do Período (\%)}$$

Os cálculos acima foram utilizados na adaptação de algumas tabelas sobre o reajuste. Os números obtidos foram primordiais na condução das análises do processo inflacionário comparativamente ao valor do salário mínimo e por consequente na análise do nível de renda da população.

A operacionalização da análise destes indicadores abrangeu, portanto, o intervalo de tempo compreendido entre o ano de 1995 até o período atual. Este período remete a um aspecto interessante em termos da ideologia hegemônica, enquanto governo, na condução das políticas econômicas do país, a divergência entre as fundamentações teóricas neoliberais e aquelas com um caráter Keynesiano. No caso do Brasil uma postura mais concernente com a opção da diminuição do papel do Estado na economia, o “Estado Mínimo”, defendido pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vide mandatos de FHC, em oposição uma postura mais intervencionista do Estado, a influenciar diversas medidas efetivadas pelos seguidos governos de Lula em seus dois mandatos e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim as medidas econômicas adotadas por tais grupos políticos certamente influenciaram as taxas de inflação e a evolução do salário mínimo, e, em consequência a própria distribuição de renda no país.

4. RESULTADOS

4.1 Governo FHC – A Nova Recuperação (1995-2002)

Tabela 1: Processo Inflacionário (1992-2002)

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
INPC(%a.a)	21,98	9,12	4,34	2,49	8,43	5,27	9,44	14,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC), relativos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – www.ipeadata.gov.br.

Na Tabela 1, a acentuada redução da taxa de inflação a patamares mais equilibrados a partir do ano de 1995, início do governo FHC, em contraste com o período anterior de descontrole do “dragão” inflacionário. Na tabela foram ilustrados os três anos anteriores ao governo FHC com a finalidade demonstrar a queda da taxa de níveis altíssimos à casa das dezenas e unidades.

Em 1995, a taxa de 21,98% se deveu ao início da consolidação da estabilização econômica. O número decresceu para 9,12% em 1996 e 4,34% em 1997. Essa evolução aconteceu em virtude dos efeitos do Plano Real, do equilíbrio fiscal e cambial, da indexação a

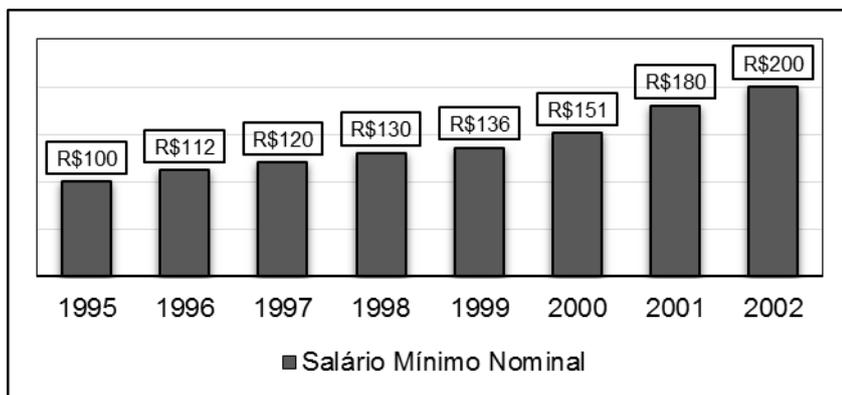
URV e posterior troca de moeda. Do ponto de vista do processo inflacionário os números apresentados na tabela representaram um marco histórico para economia brasileira, a sonhada estabilidade econômica.

Retomando o tópico das crises econômicas internacionais neste período, observou-se que entre 1998 e 1999 a taxa cresceu de 2,49% para 8,43%, motivada pelos impactos da crise russa. Nos anos posteriores ocorreu uma relativa retomada do crescimento dos preços em meio a uma crise de descrença do mercado quanto a consolidação dos efeitos positivos do plano real como explicado anteriormente. Esse fenômeno foi reforçado ainda no final de 2001 com o atentado de 11 de Setembro às torres gêmeas do World Trade Center, importante centro econômico dos EUA. A ameaça de conflito internacional fez com que o mercado recorresse a medidas de proteção do seu capital e assim o dólar valorizou-se de forma acentuada buscando refúgio em centros mais dinâmicos do capitalismo e intensificando esse quadro.

Em relação a política salarial do período FHC houve uma retomada do crescimento real do Salário Mínimo proporcionada pela estabilização monetária. A seguir no Gráfico 2 foi explicitada a evolução do valor do salário mínimo no período de 1995 a 2002, em valores nominais, e, logo depois, Tabela 2, tratou-se de expor ao lado dos valores nominais do salário mínimo no período, os percentuais de reajuste do mesmo, os valores percentuais de inflação (INPC) e a variação do valor real do salário mínimo em termos percentuais entre setembro de 1994 a abril de 2002.

De acordo com os valores do gráfico 1 e da Tabela 2, no período de setembro de 1994 a maio de 1995 o reajuste nominal do salário mínimo foi de 42,86%, enquanto a inflação no mesmo período (INPC) correspondeu a 16,50%, o que acarretou um aumento real de 22,62%, consequência dos impactos iniciais do Plano Real.

Gráfico 1: Evolução Salarial em Valores Nominais (1995-2002)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O reajuste de 1995 foi praticamente reduzido, em termos de poder de compra, a próximo da metade em consequência dos efeitos inflacionários que, embora tenham sido acentuados, foram bem menores do que em períodos anteriores, ainda que representassem um redutor significativo do reajuste praticado pelo governo. A bem da verdade, o quadro era tão desolador em décadas anteriores que este aumento representou um grande benefício aos trabalhadores.

Tabela 2: Reajuste do Salário Mínimo (1995-2002)

Período	Valor Nominal R\$	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Variação Real (%)
Setembro de 1994	70,00	-	-	-
Maio de 1995	100,00	42,86	16,50	22,62
Maio de 1996	112,00	12,00	18,22	-5,26
Maio de 1997	120,00	7,14	8,20	-0,98
Maio de 1998	130,00	8,33	4,12	4,04
Maio de 1999	136,00	4,62	3,88	0,71
Abril de 2000	151,00	11,03	5,35	5,39
Abril de 2001	180,00	19,21	6,27	12,17
Abril de 2002	200,00	11,11	9,72	1,26
Total Período	-	185,73	97,99	44,28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC), relativos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – www.ipeadata.gov.br e os dados relativos ao salário no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Ainda segundo a Tabela 2 o aumento real do salário mínimo foi negativo em 1996 e 1997, revelando um desconforto na renda de parte significativa dos trabalhadores, consequência dos efeitos das políticas de arrocho salarial, inseridas na estratégia maior de combate à inflação. A partir de 1997 o aumento real voltou a ter valor positivo, e, entre 1998 e 1999, pressionado pela já citada crise russa, decresceu ficando próximo a zero. Ocorreu, entretanto, uma retomada nos anos 2000 e 2001, mesmo em momentos de descrédito para com o mercado internacional, o que acrescentava dificuldades a manutenção do controle da inflação, se refletindo em um ganho menor do valor real do salário mínimo no intervalo entre 2001 e 2002.

No final do período o aumento real acumulado obteve o expressivo valor de 44,28% apesar dos momentos de instabilidade vivenciados. Do ponto de vista da evolução do salário mínimo os anos do Governo FHC se evidenciaram entre extremos, ora positivamente, ora

negativamente. O arrocho salarial representou o maior dano psicológico e real à classe trabalhadora, e, a despeito dos momentos de deterioração, os períodos de crescimento foram decisivos para uma nova recuperação do mínimo corroído em décadas passadas. Fazendo uma analogia prática era como se o Salário Mínimo tivesse passado por uma parada cardíaca e estava sendo reanimado por um desfibrilador (aparelho que por meio de choque elétrico retoma o ritmo dos batimentos cardíaco) até que o coração volte a bater e a pessoa possa viver.

4.2 Governo Lula – Uma Nova Política Salarial (2003-2010)

Em meio a esta conjuntura favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico procurou-se analisar o processo inflacionário ao longo do governo Lula, a partir dos dados do índice nacional de preços ao consumidor relativos ao período de 2003 a 2010, Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Processo Inflacionário (2003-2010)

ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INPC(%a.a)	10,38	6,13	5,05	2,81	5,16	6,48	4,11	6,47

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC), relativos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – www.ipeadata.gov.br.

Os dados da Tabela 3 demonstraram a preocupação do governo com a estabilidade e o cumprimento dos compromissos firmados na sua campanha eleitoral em 2002. O controle da inflação foi um elemento fundamental na consolidação dos efeitos dos programas sociais aplicados no período e no crescimento do salário mínimo. Convém ressaltar o ano de 2003, com a maior taxa de inflação do período, decorrente de pressões inflacionárias advindas da fuga de capitais gerada em consequência da denominada guerra do Iraque.

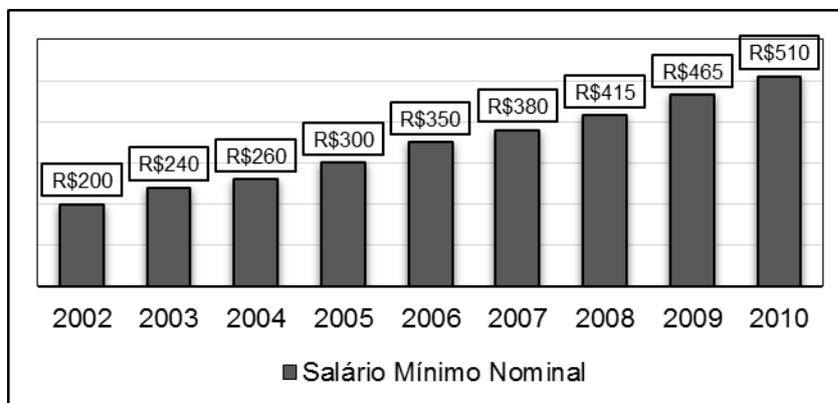
Em 2004, 2008 e 2010 a taxa de inflação ficou próxima de ultrapassar o teto da meta (6,5%), mas prevaleceu o esforço governamental frente às tendências inflacionárias, permitindo que estas fossem contornadas. Esse fenômeno pode ser explicado em 2004 pela reverberação da fuga de capitais gerados pela citada invasão do Iraque, e, em 2008 e 2010, pelo agravamento da crise internacional iniciada com a crise imobiliária nos EUA em 2008, que levou a falência, entre outras instituições financeiras, o tradicional banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers. Neste sentido houve inclusive a necessidade do socorro financeiro a algumas instituições por parte do governo norte-americano.

A recessão da economia americana provocada pela crise de 2008 foi determinante para a difusão da crise mundo afora, afetando de imediato diversos países europeus, entre eles, de

forma mais crítica a Grécia, que já enfrentava dificuldades orçamentárias, e se viu obrigada a pedir empréstimo de 100 bilhões de euros, ameaçando um colapso financeiro em outros países europeus.

Em paralelo a análise da evolução da inflação foi feito o estudo da política de reajustes do salário mínimo no período do governo Lula. A seguir foi explicitado o Gráfico 3 ilustrando a evolução do salário mínimo em valores nominais ao longo do período dos dois mandatos do presidente Lula, e, em seguida a Tabela 4 que trata do salário mínimo em valores absolutos, os percentuais de reajuste dos seus valores nominais, a taxa de inflação medida pelo INPC e as variações reais do valor do salário mínimo de abril de 2002 a janeiro de 2010.

Gráfico 2: Evolução Salarial em Valores Nominais (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Um marco importante desse período se deu com a adoção de uma política salarial de crescimento do mínimo acima da inflação e proporcional ao aumento da produção referenciada pelo Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB_{pm}), conforme a citação de OSADA (2008).

Esses reajustes corresponderão à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre o mês do reajuste anterior, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano. A título de aumento real, após o reajuste referente à inflação, será acrescido o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, de dois anos antes do ano de reajuste do SM. Dessa forma, em março de 2008, além do SM ser reajustado pelo INPC do período anterior, que no caso foi de abril de 2007 a fevereiro de 2008, ele passa a receber o acréscimo do crescimento real do PIB de 2006, permitindo um ganho real além da inflação. (OSADA, 2008)

Dessa forma o reajuste do salário mínimo praticado em 2008 já levava em consideração a inflação de 2007 e o crescimento do PIB_{pm} em 2006. Essa sistemática seria

aplicada nos anos seguintes, garantindo uma política salarial de crescimento real acima inflação.

Segundo Osada (2008), se manifestando no período em questão “O período recente foi além de uma continuidade de reajustes do valor do SM para uma valorização ainda mais favorável, acima da inflação medida pelo INPC. É certo que o cenário externo vem favorecendo a condução da economia, que tem registrado recordes seguidos nas exportações. A arrecadação tributária também tem se superado a cada ano, favorecendo essa trajetória de valorização. Um avanço também importante foi a determinação de uma política de valorização do SM até 2011, que buscará manter o poder aquisitivo do SM, além de aumentá-lo, de acordo com o ganho de produtividade da economia nacional. Desde a redemocratização buscava-se implantar uma política de SM, mas só em 2007 foi possível dar esse passo importante.”

Essa iniciativa de fixar uma política salarial em 2007 representou para parte significativa das representações sindicais do país a concretização dos anseios dos trabalhadores e um passo relevante na consolidação da recuperação do salário mínimo iniciada pelo seu antecessor. Um conjunto de fatores como a consolidação da estabilidade financeira, o controle inflacionário, o superávit primário (medida contábil que demonstra o controle dos gastos públicos), foram responsáveis pela viabilização dessa conquista.

Tabela 4: Reajuste do Salário Mínimo (2003-2010)

Período	Valor Nominal R\$	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Variação Real (%)
Abril de 2002	200,00	-		-
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Total Período	-	154,99	65,93	53,68

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Nota Técnica – Número 143 (Janeiro 2015). Adaptado.

No que diz respeito aos dados da evolução real do salário mínimo no período, como pode ser percebido na Tabela 4, os anos de 2003 e 2004 demonstraram os menores valores de aumento real do salário mínimo, o que pode ser explicado pelos expressivos valores de taxas de inflação, notadamente em 2003. Nos dois anos posteriores, em 2005 e 2006, houve uma retomada do crescimento do valor real do SM em níveis que foram os mais significativos do período. A partir de 2007 em diante percebeu-se uma estabilidade nos valores desta variável que revelaram, embora em números menores que o de 2006, um crescimento significativo do poder de compra do SM, fruto da política salarial empregada e estendida até 2011. Embora este período tenha sido estável é necessário destacar que em 2008 (momentos de crise internacional) houve uma redução do crescimento real. Analisando-se o período como um todo, o Salário Mínimo teve o expressivo aumento real acumulado de 53,68%.

4.3 Governo Dilma – Turbulências na Política Salarial (2011-2015)

Neste cenário que se consolidaram os números referentes ao índice nacional de preços ao consumidor explicitados na Tabela 5 a seguir, que abrangeu os anos relativos ao primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

Tabela 5: Processo Inflacionário (2011-2014)

ANO	2011	2012	2013	2014
INPC (%a.a)	6,08	6,20	5,56	6,23

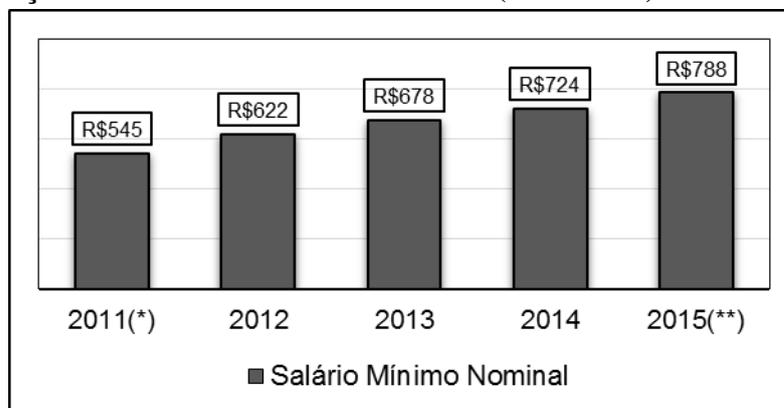
Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC), relativos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – www.ipeadata.gov.br.

Pode-se de antemão destacar a dificuldade ao longo de todo o período em não romper o teto da meta inflacionária (6,5%), ficando os anos de 2011, 2012 e 2014 bastante próximos da ruptura do seu limite máximo, em decorrência dos elevados gastos públicos inerentes aos diversos programas governamentais, tanto de investimentos como de transferência de renda, frente a um período de crise internacional. Neste sentido, o cenário econômico tem demonstrado evidências de que em 2015 o teto da meta poderá ser ultrapassado, levando à necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento implantado.

Já em meados de 2014 a evolução do PIB_{pm} apresentava uma redução de 0,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, situação que colocou o país em recessão técnica, ou seja, produziu menos riquezas em comparação a períodos anteriores. Nos trimestres posteriores houve uma retomada do crescimento evitando-se uma recessão propriamente dita. As prévias do PIB_{pm} de 2015 são ruins com a possibilidade de crescimento abaixo de 1%. Todo esse cenário em conjunto com o aumento dos preços dos combustíveis e a eventual necessidade de um reajuste fiscal põem o país numa situação econômica bastante

complexa. Para uma acurada análise do período, foi desenhado o Gráfico 3, a seguir, que ilustra a evolução salarial no Governo Dilma Rousseff.

Gráfico 3: Evolução Salarial em Valores Nominais (2011-2015)



Nota: (*) O reajuste de 2011 se deu em dois momentos, o primeiro em Janeiro indo a R\$ 540 e o segundo em Março a R\$ 545. (**) Valor em Janeiro 2015

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

A despeito de uma conjuntura interna e externa mais desfavorável que a do seu antecessor, conforme relatado anteriormente a política de valorização do SM se manteve, embora tenha sofrido os reflexos do baixo crescimento econômico brasileiro, conforme pode ser melhor demonstrado na Tabela 6, a seguir, que explicita o valor do salário mínimo em termos absolutos, os percentuais de reajuste dos seus valores nominais, a taxa de inflação medida pelo INPC e as variações reais do salário mínimo de janeiro de 2010 a janeiro de 2015.

Tabela 6: Reajuste do Salário Mínimo (2011-2015)

Período	Valor Nominal R\$	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Aumento Real (%)
Janeiro de 2010	510,00	-	-	-
Janeiro de 2011	540,00	5,88	6,47	-0,55
Março de 2011	545,00	0,93	1,49	-0,55
Janeiro de 2012	622,00	14,13	4,53	9,19
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,20	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
Janeiro de 2015	788,00	8,84	6,23	2,46
Total Período	-	54,50	34,51	14,89

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC), relativos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – www.ipeadata.gov.br e os dados relativos ao salário no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Os dados da Tabela 6, que, entre outros aspectos, explicitam os reajustes salariais dos quatros anos do primeiro mandato e o primeiro ano do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, demonstram de uma maneira geral um modesto crescimento do salário mínimo, em virtude do agravamento dos efeitos da crise internacional na economia brasileira.

Na mesma tabela foi possível observar de maneira mais detalhada que em 2011 o reajuste real do salário mínimo foi negativo, dada a inflação do período anterior, construindo um cenário de deterioração dos ganhos dos trabalhadores. No ano seguinte, em 2012, observou-se uma significativa recuperação quando o crescimento atingiu 9,19% em valores reais. Entretanto, nos anos seguintes esse número reduziu-se a níveis abaixo de 3%, quadro que se manteve até 2015. Esse comportamento é fruto da redução da atividade econômica provocada ainda pelos efeitos da crise internacional. Observando-se o período como um todo, de janeiro de 2010 a janeiro de 2015, o SM cresceu 14,35% em valores reais. Um número modesto em relação aos seus antecessores, porém, a comparação fica prejudicada pelo fato do atual governo ainda estar em andamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas anteriores aos governos FHC, Lula e Dilma, analisados pelo trabalho, foram marcadas por uma inflação persistente e por vários planos econômicos. Tais planos estancavam os avanços inflacionários por um breve período até que colapsavam e a inflação voltava a crescer. Toda essa instabilidade por muitas vezes não permitia ou anulava os esforços do governo em promover uma política de reajuste do salário mínimo.

O Plano Real foi o responsável pela estabilização e com ele tornou-se possível estabelecer uma recuperação do salário mínimo. No governo FHC e ao longo do governo Lula a inflação esteve dentro de um patamar menor se comparado a décadas anteriores. A inflação acumulada do Governo FHC foi de 97,99% e do Governo Lula de 65,93%, utilizando o INPC como medida. O governo Dilma compreendendo os anos de 2010 a 2014 teve uma inflação acumulada de 34,51%.

Os dados demonstrados nas diversas tabelas explicitadas ao longo do trabalho permitiram inferir que no período dos mandatos presidenciais de Lula o salário mínimo cresceu de forma mais significativa do que nos dois mandatos anteriores, do governo FHC. Apesar de ambos os governos terem propiciado ganhos reais aos trabalhadores, nos mandatos do governo Lula o crescimento foi de 53,68%, enquanto no período FHC atingiu 44,28%. A diferença verificada pode guardar relação com as políticas econômicas adotadas no que tange

aos reajustes do SM bem como às dificuldades encontradas diante do necessário enfrentamento das crises econômicas.

O desafio de FHC era prioritariamente retomar os parâmetros de estabilidade para a Economia, a partir prioritariamente do controle da inflação, o que fez seguindo alguns dos paradigmas do neoliberalismo. O desafio que Lula se propôs foi, entre outros, o de promover avanços sociais sem descuidar da inflação, no que se mostrou essencial a influência do pensamento Keynesiano.

As políticas públicas adotadas foram divergentes, FHC sofreu com a instabilidade provocada pelo contexto econômico no qual estava inserido gerando momentos de extremos, que levaram a adoção de medidas de arrocho salarial, algo bastante penoso a população. Lula teve um cenário econômico um pouco mais favorável, porém, o desafio de distribuir renda sem comprometer a estabilidade não demonstrou ser uma tarefa simples. Mesmo assim soube aproveitar, como demonstraram os números, as oportunidades oferecidas.

Foram períodos que se diferenciaram também quanto a capacidade do país em responder às diferentes e sucessivas crises internacionais. No fim dos anos 2000 o Brasil, por méritos do próprio Governo Lula, tinha formas de se manter firme frente as pressões externas geradas pela maior das crises econômicas do período, diferente do final da década de 1990 quando, no segundo governo FHC, o país teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional – FMI.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional.

GILBERTO, Malva Filho. **Salário Mínimo: Uma Justificativa Teórica e Social**. 2007.

GREUMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval; TONETO, Rudinei Jr. **Economia Brasileira Contemporânea** – 6. Ed. – 3.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil** – 26ª Edição – Editora Brasiliense.

MARCOS ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS, **Economia Micro e Macro**, Editora Atlas, Edição 4.

PANSANATO, Osada Rodrigo. **Salário Mínimo versus Desigualdade de Renda no Brasil**. 2008.